



21/06/2011 10h11 - Atualizado em 21/06/2011 10h11

Secretário de Educação Superior do MEC explica regras do ProUni

Há 92 mil vagas em 1.303 universidades, segundo Luiz Cláudio Costa.
Programa dá bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior.

Do G1, com informações do Bom Dia DF



O Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, disse nesta terça-feira (21) que a oferta de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) para o segundo semestre deste ano é recorde. São 92.107 vagas em cursos superiores distribuídas por 1.303 universidades.

Segundo Costa, o estudante deve usar a senha do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2010 para se inscrever no programa.

As inscrições estão abertas desde segunda-feira (20) e vão até sexta-feira (24). A primeira chamada será em 27 de junho. Depois, haverá mais duas chamadas e uma lista de

espera, de acordo com o secretário.

(Entrevista gravada no link abaixo)

<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/06/secretario-de-educacao-superior-do-mec-explica-regras-do-prouni.html>

CORREIO BRAZILIENSE

Com quase 3 mil emendas, PNE deve ficar para 2012

[Agência Brasil](#)

Publicação: 19/06/2011 17:14 Atualização:

O projeto de lei que criará o novo Plano Nacional de Educação (PNE), enviado ao Congresso Nacional no fim de 2010, recebeu 2.919 emendas parlamentares na comissão especial que analisa a matéria na Câmara. O documento irá estabelecer 20 metas educacionais que o país precisa cumprir até o fim da década. O relator da matéria, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), tinha previsão de terminar o relatório em agosto, mas, diante do número recorde de emendas, o texto deve ser concluído em setembro.

Depois da apresentação do relatório, abre-se novo prazo para apresentação de emendas. O presidente da comissão especial, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), prevê que a tramitação do plano na Câmara seja concluída até novembro, quando o texto será encaminhado ao Senado. Apesar de boa parte das emendas serem repetidas, a comissão discute com o centro de informática da Casa a criação de um software que seja capaz de classificá-las por tema para facilitar a análise por parte do relator. Gastão defende que não deve haver pressa para aprovar o novo PNE, apesar de o plano anterior ter perdido sua validade em dezembro de 2010 e o prazo de implantação do próximo ter começado neste ano.

“Todos os movimentos sociais queriam que o plano fosse aprovado o mais rápido possível, mas essa pressão até já diminuiu um pouco. É um plano que vai mexer com toda a estrutura da educação brasileira, não dá para fazer dessa forma. Temos os problemas de financiamento, por exemplo, que o próprio ministro não conseguiu dizer claramente qual será a solução”, explica Gastão.

A meta de número 20 do plano é uma das mais polêmicas: ela prevê que o país amplie para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) o percentual de investimento público em educação – hoje esse patamar é em torno de 5%. Boa parte das emendas querem alterar a meta para 10%, atendendo a uma reivindicação das entidades da área.

Para a diretora executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, a questão do PIB é uma “ficção”: não adianta determinar o aumento dos investimentos se o plano não indicar quais serão as novas fontes de recurso. “A participação é tão grande [da apresentação de emendas], mas me preocupo se de fato a gente vai ter um documento com as características de um plano nacional, que não pode entrar no detalhe e querer determinar políticas para estados e municípios, ele precisa ser mais macro”, afirma.

Ela avalia que o debate é importante e que todas as emendas precisam ser avaliadas, mas defende que o próximo PNE precisa ser factível para que não se repita o que ocorreu no plano anterior, quando a maioria das metas foi descumprida. “Eu adoraria ter metas com 100% das crianças aprendendo e 100% das crianças na creche, é claro. Mas temos que entender que há um caminho para chegar lá. O plano precisa ser ao mesmo tempo ambicioso e factível”, acredita.

Seguindo para o Senado em novembro, o PNE passará por uma nova rodada de discussões em um ano de eleições municipais. “O PSDB, que é oposição, é muito ativo no Senado, especialmente nos temas de educação. Também temos que conciliar os anseios dos planos com os dos governadores e no Senado há muitos ex-governadores. Ninguém aprova um documento com tanta complexidade em um prazo curto”, avalia Gastão.

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/06/19/interna_politica,257572/com-quase-3-mil-emendas-pne-deve-ficar-para-2012.shtml

MAIS SANDICES...

Enfim uma boa notícia: o ministro da Educação cogita deixar o governo além de, presunçosamente, pretender se candidatar à prefeitura de São Paulo, escorado em seu guru. A figura é tão arrogante que não quer se submeter a prévias, almeja ser o nome de consenso, haja água benta! Sem nenhum pudor, declara que “tem a sensação de que sua missão à frente do MEC estaria cumprida”. Errou por uma vogal, porque seu encargo ministerial foi “comprido” demais e muito ruim. Não se lhe negue coragem de fazer um balanço de “realizações positivas” e eu fico tentando adivinhar quais: Enem e Enade cheios de falhas? Prouni e sua miríade de portarias? Fies estrangulado? Ideologia obsoleta? Horror à iniciativa privada (consta da cartilha amarelecida...)? A distribuição de livros didáticos aprovados com erros grosseiros? O kit anti-homofobia? Precisa mais? Tenho quase certeza de que todos os dias ele ensaia caras e bocas diante do espelho e pergunta orgulhoso: “diga espelho meu, já existiu ministro melhor do que eu?” Ele sabe que é anêmico ao dizer que “estaria na hora de idéias novas para o MEC”, há pelo menos oito anos... Pena que a data do bota fora não tenha sido marcada, mas o reconhecimento de sua própria incompetência já é um avanço. Será que o charme tolo de não assumir de imediato a saída, como seria conveniente, é para esperar pedidos? Em face de sua pretensão de ser indicado postulante à prefeitura, imagino o que pensam seus concorrentes, a D. Flor, sempre candidata, e seu “companheiro” de ministério, aquele que renuncia “irrevogavelmente” e meia-hora após se desdiz, ambos com o mesmo desejo e militantes de igual partido.

E o Congresso está para aprovar mais um Plano Nacional de Educação, o terceiro se a memória não me falha. Mais um inútil e sem criatividade. A educação tem princípios imutáveis e seculares a que se adicionam novos conhecimentos e instrumentos, ferramentas que a melhorem e atualizem. Se cabe aos parlamentares a discussão, nada de bom poderemos esperar, ainda que procurem dar um tom participativo com encontros com sindicatos, associações diversas e até ONGs que pouco têm a acrescentar e acabam por costurar uma colcha de retalhos disforme, com brindes aqui e ali. Não seria mais fácil montar um grupo de “notáveis”, de educadores renomados e consagrados que conhecem o assunto com profundidade, que passaram a vida lecionando, dando palestras, que não procuram os holofotes, que não esposam sistemas arcaicos? Se quisermos dar à educação o lugar de destaque que merece, prioridade absoluta, o começo óbvio é termos um excelente ensino fundamental e médio, o atualmente apelidado de “básico”. Ora, se as primeiras letras estão entregues a prefeituras cujo chefe é, por vezes, semi-analfabeto, os municípios são pobres, como ambicionar uma educação de qualidade? Volto a uma das minhas bandeiras esfarrapadas, à tecla gasta, de que caberia ao MEC a responsabilidade pelos primeiros degraus, sem o que os demais se tornam falhos. O MEC tem verbas para manter escolas em boas condições e remuneração digna para o esforçado magistério. Lembro que o ministro demitido por telefone esposava, para minha satisfação, a mesma concepção. Malgrado a universalização do ensino fundamental até 2002, obra do governo anterior ao do ex-sindicalista que se orgulhava de não ter estudado, o efeito foi pequeno em razão de repetências e evasão pela necessidade de trabalhar ou, pior, pelo desencanto com a escola retrógrada, incapaz de conviver com crianças advindas de favelas e sujeitas à lei do mais forte, outra velha tese deste escriba renitente. Hoje, como sempre, temos currículos ultrapassados e inchadíssimos, repleto de bobagens e antiguidades, o que não impede (o Conselho Nacional de Educação(?) para variar...), contudo, que se queira introduzir mais uma disciplina baldia, que venha a tratar de direitos humanos, como se todas as cadeiras não deversem observar o tema. Com esta bobagem, teremos a quinta inclusão despienda, como foi a de filosofia, sociologia, música e espanhol (talvez esta se justifique se for uma opção para o inglês mais universal e útil), todas marcadas pelo idiotismo. Adicionarmos uma disciplina, significa e representa que as matérias existentes serão prejudicadas e teremos menos aulas de português, geografia, história, matemática, a não ser que a carga horária se amplie e se acabe com as férias. E aí temos a politicagem presidindo decisões exclusivamente educacionais que, infelizmente, estão entregues a personagens incapazes. Inflam o currículo, mas onde os professores já deficientes? Eles são mestres em deteriorar mais o que já é péssimo. Se intentarmos dar alguma qualidade à educação, devemos iniciar pela gestão que não pode ficar entregue a afilhados políticos e muito menos a indicações partidárias, o que é voz corrente no meio de educadores circunspectos, cordatos, e acredito que esteja repetindo o que eles afirmam, em plágio inconsciente e respeitoso. Há outras medidas claras e jamais tomadas como a obrigatoriedade de a alfabetização se fazer em seis meses e terminar com a aprovação automática, um absurdo, um engana bobo que apenas serve para desmoralizar a educação que se deseja séria. Intumescem os currículos, como rabisquei acima, a troco de quê? Se não aprendem o essencial, para que servirão as lantejoulas e penduricalhos? E por que o médio não volta a oferecer, com ênfase, a opção profissionalizante que tanta falta faz ao país, como se evidencia na importação de mão de obra estrangeira em função da nossa ausência de técnicos habilitados, um mercado aberto e pujante? Imodestamente, criei em ano do qual não lembro (velhice...) um intensivo profissionalizante que diplomava técnicos de contabilidade e secretariado em pouco mais de um ano. Levei quase sete para que o Conselho estadual aprovasse, mas consegui. Não obtive sucesso, porém quando propus uma estrutura curricular em cursos profissionalizantes que, a cada

semestre completado, conferiria um certificado para uma das funções possíveis no mercado (possibilidade de emprego) e o diploma pleno de técnico apenas com a conclusão do terceiro ano destinado às cadeiras habituais e que serviria também como preparatório para o vestibular. Não sei se era uma idéia avançada para a época ou o conservadorismo dos conselheiros ignorantes quanto ao ensino profissionalizante, não me permitiu implementar. Entre os meus defeitos está o de ser teimoso: ainda não desisti, um dia, quem sabe?

Fico no aguardo da saída do senhor ministro da Educação. Que bom será para nós termos outros ares, menos ideologia, mais criatividade e eficiência.

P.S.1: E os documentos ficam protegidos por “sigilo eterno”. Como fica a história real que temos o direito de saber? Será que Caxias armou alguma mutreta? Estávamos errados na guerra contra o pobre Paraguai? Furtamos terras dos países fronteiriços? O barão de Rio Branco não era um grande diplomata? E que desejavam, na verdade, aqueles “guerrilheiros” que mataram, assaltaram e trocaram um teórico ideal por indenizações a que não fazem jus? E as famílias de suas vítimas que nada receberam? Não se pode esconder a verdade, se queremos ser uma democracia plena.

P.S.2: Os moradores de Santa Teresa entre os quais me incluo, conseguiram uma bela vitória por meio de uma ação civil pública que cancelou um “festival” com doze palcos, cem bandas azucrinando de 14h a 21h, palcos em uma dúzia de locais, ruas fechadas, tráfego suspenso. E esta fuzarca recebeu trezentos mil da prefeitura e patrocínio de uma cervejaria. Santa Teresa se caracteriza por seu bucolismo e tinha como apanágio o silêncio, a tranqüilidade, um cartão postal do Rio. Hoje, explodem bares sem tratamento acústico por todos os lados, mas esta vitória nos anima a continuar a luta em busca do sossego roubado pela prefeitura e empresários que querem transformar o nosso bairro tradicional numa nova Lapa. Não passarão!

P.S.3: E a coluna saí em mais um feriado na quinta-feira! A semana ficou curta...

Antonio Luiz Mendes de Almeida
(FD 523 11/ 23.06.11)



ILAPE - INSTITUTO LATINO AMERICANO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
SCS Quadra 7 Bloco A - Sala 502 - Ed. Torre do Pátio Brasil - Brasília - DF
CEP: 70311-900 - Fone/Fax: 61.3963.4555 ou 8546.4832
<http://www.ilape.edu.br> | cursos@ilape.edu.br ou marilia@ilape.edu.br

COORDENADOR NOTA 10!

São Paulo - SP, 25 e 26 de agosto de 2011

Ministrantes: Gustavo Monteiro Fagundes e Vladimir Bernardi

Programa:

I. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – 4h.

1. **Princípios constitucionais.**
2. **Ensino de graduação na LDB:** características; acesso; matrícula; transferência e trancamento; frequência – abono de faltas e exercícios domiciliares.
3. **Regulação e supervisão:** atos autorizativos, procedimentos e prazos.
4. **Diretrizes curriculares nacionais (DCNs):** orientações gerais; diretrizes curriculares; carga horária dos cursos; duração da hora-aula; trabalho acadêmico efetivo: definição e ações que podem ser reconhecidas.

II. COORDENADOR E GESTÃO – 4h

1. **Perfil profissional.**
2. **Características e funções:** o líder, o empreendedor, o gestor.
3. **Gestão de processos acadêmico-administrativos:** funções, atribuições e estratégias.
4. **Projeto Pedagógico de Curso (PPC):** estratégias de elaboração, atualização e execução.

III. COORDENADOR E AVALIAÇÃO – 8h.

1. **SINAES:** Concepção, políticas e diretrizes gerais.
2. **Avaliação institucional:** externa (MEC) e interna (CPA).
3. **Avaliação de cursos** – Instrumento de avaliação de cursos de graduação: dimensões; grupo de indicadores; indicadores; indicadores imprescindíveis; indicadores NSA; critérios.
4. **ENADE, CPC e IGC:** Componente curricular obrigatório; metodologias; questionário; estratégias e ações.
5. **O Coordenador de Curso e o processo de avaliação de curso e o ENADE/CPC/IGC:** atribuições, responsabilidades, estratégias, ações.

PÚBLICO

ALVO:

Diretores Acadêmicos, Coordenadores de cursos de graduação, Coordenadores de áreas de conhecimento ou de áreas profissionais, Supervisores de cursos de graduação, Chefes de departamento, Professores, membros de Núcleo Docente Estruturante e pessoas interessadas no tema.

OBJETIVO: Capacitar e atualizar em os profissionais que atuam em todos os setores da gestão acadêmica, especialmente os coordenadores de cursos, notadamente no que pertine às normas em vigor, à atuação do coordenador como gestor do curso e à sua participação nos processos avaliativos. O curso aborda todas as questões do dia-a-dia daqueles que, no âmbito das IES, estão ligados à atuação do coordenador de curso.

MINISTRANTES:

Gustavo Monteiro Fagundes – especialista em Direito Educacional, advogado, consultor jurídico do ILAPE e da ABMES. Diretor de Pós-Graduação e professor do curso de pós-graduação lato sensu de Especialização em Direito e Gestão Educacional da Faculdade ILAPE. Co-autor do livro LDB Anotada e Comentada e Reflexões sobre a Educação Superior – 2ª edição revista e ampliada.

Vladimir Bernardi – tecnólogo em Processamento de Dados e Assessor Pedagógico do Instituto Latino-Americano de Planejamento Educacional – ILAPE. Palestrante em eventos que abordam temas referentes ao ensino superior (legislação, sistema, instrumentos, formulários eletrônicos, ENADE, CPC, IGC etc.). Experiência Profissional: mais de 14 anos na área de assessoria de ensino superior, atuando em: desenvolvimento de projetos pedagógicos; plano de desenvolvimento institucional; regimento; projetos de credenciamento e reconhecimentos de IES e autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos; protocolos e preenchimentos de formulários eletrônicos do SAPIENS, e-MEC e SIEDSup.

MATERIAL DIDÁTICO: CD-ROM contendo apresentação em *power point* e a legislação aplicável.

DATA: 25 e 26 de agosto de 2011 (quinta e sexta-feira), das 8h30min às 12h30min e das 14h às 18h.

LOCAL: A Definir

TURMAS: 50 participantes.

INVESTIMENTO:

1. R\$ 2.000,00 (individual) - para inscrições efetivadas até o dia 5 de agosto/2011.
2. R\$ 2.200,00 (individual) - para inscrições efetivadas a partir do dia 6 de agosto/2011.

Observação: Os valores são líquidos para pagamento antecipado. O cálculo de IR fonte 1,5%, quando cabível, será acrescentado na NF.

BÔNUS NO INVESTIMENTO:

a) Inscrição efetivada por IES associada à ABMES, ABRAFI, ANACEU: desconto de 20% sobre o total a ser investido. (A condição de associado deve ser comprovada pelo interessado no ato da confirmação da inscrição).

b) Participantes de outros cursos do ILAPE: desconto de 25% sobre o total a ser investido.

c) **Para clientes do ILAPE: desconto de 30% sobre o total a ser investido.** (O cliente deve estar em dia com os compromissos contratuais no ato da confirmação da inscrição).

Observação: os bônus não são concedidos de forma cumulativa.

PAGAMENTO: depósito bancário: Banco do Brasil – Agência 2872-X – Conta corrente 460.666-3 em nome do Instituto Latino-Americano de Planejamento Educacional - CNPJ 04.315.838/0001-25. Enviar por e-mail ou fax (fax: 61-3963-4555) o comprovante de depósito, devidamente identificado com o nome do participante.

CANCELAMENTOS: O cancelamento de inscrições confirmadas deverá ocorrer mediante comunicação expressa do participante, observada a antecedência mínima de 48 horas em relação ao início do evento, hipótese em que o participante poderá optar pelo recebimento da devolução de 50% do valor do investimento ou pela transferência de sua inscrição para outro evento do ILAPE de valor semelhante.

Cancelamentos fora desse prazo serão considerados como *no show*, sem devolução do valor do investimento.

Caso não atingida a quantidade mínima de quinze inscritos para o curso, o ILAPE poderá cancelar a sua realização, observada a antecedência mínima de 48 horas em relação ao início do evento, hipótese em que o participante poderá optar pela devolução integral do valor do investimento ou pela transferência de sua inscrição para outro evento do ILAPE de valor semelhante.

CERTIFICAÇÃO: Certificado de extensão expedido pelo Instituto Latino-Americano de Planejamento Educacional - ILAPE, com 16 horas de duração.

INFORMAÇÕES

ILAPE – SCS, Quadra 7, Bloco A, nº 100, 5º andar – Sala 502 - Ed. Torre do Pátio Brasil – Brasília, DF.
Tel/fax: (61) 3963-4555 ou (61) 7816-2309 ID: 82*109645
E-mail: cursos@ilape.edu.br; marilia@ilape.edu.br; ilape@ilape.edu.br
Site: www.ilape.edu.br

E

INSCRIÇÕES:

****Todos os cursos oferecidos pelo ILAPE podem ser ministrados na modalidade in company, inclusive para grupos pequenos. Os cursos in company podem ser oferecidos dentro das instituições de ensino, em condições de preço e data compatíveis com a necessidade e a realidade das instituições. Consulte a relação dos cursos oferecidos pelo ILAPE e conte conosco para a qualificação dos profissionais que atuam na sua instituição.***